

Trabalho apresentado no 26º CBCENF

- Título:** Deficiências Encontradas nos Conhecimentos de Mulheres sobre o Planejamento Reprodutivo: Relato de Experiência
- Relatoria:** Isabelly Fernandes Teotonio
Maria Berenice Gomes Nascimento
- Autores:** Emily Ferreira Andrade de Assis
Ana Clara de Sousa Cavalcanti
- Modalidade:** Comunicação coordenada
- Área:** Eixo 1: Assistência, gestão, ensino e pesquisa em Enfermagem
- Tipo:** Relato de experiência
- Resumo:**

Introdução: O planejamento reprodutivo implica no direito que todas as pessoas devem ter de fazer suas escolhas reprodutivas e de acessar ações de promoção, prevenção e educação em saúde, garantindo que recebam informações seguras e de qualidade. No Brasil, a Lei nº 9.263/1996 reforça os direitos sexuais e reprodutivos dos indivíduos, porém ainda existem entraves que dificultam a efetivação do planejamento reprodutivo, como a falta de conhecimento da população. Objetivo: Descrever as deficiências e barreiras encontradas nos conhecimentos de mulheres em idade fértil sobre planejamento reprodutivo ofertado na atenção primária. Método: Trata-se de um estudo descritivo, baseado no relato de experiência de uma acadêmica em enfermagem, diante da aplicação de um questionário sobre planejamento reprodutivo entre mulheres em idade fértil atendidas na Atenção Básica no município de Cajazeiras-PB. Resultados: Inicialmente, no primeiro contato com as mulheres, elas foram questionadas sobre a disponibilidade em participar de uma pesquisa. Ao serem informadas sobre a temática, expressaram dúvidas e ansiedade por não saberem do que se tratava. Após a coleta, as respostas foram analisadas, revelando deficiências significativas, como o conhecimento insuficiente sobre os métodos contraceptivos e a presença de tabus e estigmas decorrente de influências culturais e religiosas, falta de acesso a informações confiáveis resultando em uma educação sexual limitada ou inexistente, falta de autonomia nas decisões reprodutivas e submissão as preferencias e decisões dos seus parceiros. Considerações Finais: Conclui-se que as ações educativas devem ser promovidas, objetivando a conscientização sobre os direitos reprodutivos e a disseminação de informações corretas e acessíveis a comunidade sobre o tema trabalhado. Devem ser implementadas políticas públicas que incluam a capacitação dos enfermeiros, garantindo-lhes, além de conhecimento técnico, estratégias de comunicação eficazes e sensíveis as necessidades das mulheres. É importante, ainda, que as unidades de saúde sejam transformadas em ambientes seguros e encorajadores para esse público, buscando fortalecer a autonomia reprodutiva. Assim, ao promover a educação em saúde e ao fortalecer a autonomia das mulheres, os profissionais de saúde, especialmente os enfermeiros, colaboram para o exercício pleno dos direitos reprodutivos.